

**REGULAMENTO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE
INTERNACIONALIZAÇÃO E INTERCÂMBIO DO CENTRO
UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE-UNIFEBE**

**Aprovado pela Resolução
Consuni nº 20/12, de 25/07/12.**

**CAPÍTULO I
DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO E
INTERCÂMBIO**

Art. 1º A política institucional de internacionalização e intercâmbio de acadêmicos, professores e funcionários técnico-administrativos do Centro Universitário de Brusque-UNIFEBE se regula pelo presente Regulamento.

§1º A política institucional de internacionalização e intercâmbio de acadêmicos, professores e funcionários técnico-administrativos é dirigida a instituições de educação superior nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, a escolas especializadas em estudo de idiomas, a centros de estudos e pesquisas de nível técnico, médio ou superior nas diversas áreas do saber e a instituições congêneres ou assemelhadas, sediadas no Brasil ou no exterior.

§2º A operacionalização da política institucional de internacionalização e intercâmbio da UNIFEBE é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, a quem competirá coordenar, supervisionar e organizar todos os procedimentos necessários ao seu regular funcionamento.

Art. 2º Constituem princípios da política institucional de internacionalização e intercâmbio de acadêmicos, professores e funcionários técnico-administrativos:

I – promover a troca de experiências e saberes entre acadêmicos, docentes e funcionários técnico-administrativos com os correlatos de instituições estrangeiras;

II – oportunizar a comunidade acadêmica, intercâmbio técnico, científico e cultural com instituições de educação superior brasileiras e estrangeiras, públicas ou privadas;

III – oportunizar a comunidade acadêmica, intercâmbio técnico, científico e cultural em escolas especializadas em estudo de idiomas, em centros de estudos e pesquisas de nível técnico, médio ou superior nas diversas áreas do saber e, ainda, em instituições congêneres ou assemelhadas;

IV – fomentar o desenvolvimento de atividades, programas, projetos e pesquisas de interesse institucional;

V – promover cursos, eventos, estágios, dentre outros, no âmbito internacional;

VI – possibilitar o acesso do acadêmico, professor e funcionário técnico-administrativo durante seus estudos a instituições estrangeiras de educação superior que tenham cursos semelhantes aos da UNIFEBE, bem como possibilitar a eles a convivência com novas realidades políticas, históricas e sócio-culturais;

VII – promover e divulgar a UNIFEBE no exterior;

VIII – incentivar a participação dos membros da comunidade acadêmica em diferentes atividades no exterior;

IX – possibilitar ao acadêmico, professor e funcionários técnico-administrativo o conhecimento de novas realidades nacionais ou estrangeiras, bem como o aperfeiçoamento de estudos em outro idioma.

Art. 3º O acesso de acadêmicos, professores e funcionários técnico-administrativos a instituições de educação superior nacionais ou estrangeiras ou a escolas especializadas em estudo de idiomas, a centros de estudos e pesquisas de nível técnico, médio ou superior nas diversas áreas do saber e a instituições congêneres ou assemelhadas, será possibilitado, preferencialmente, por meio de convênio específico firmado entre a UNIFEBE e a instituição de destino, mediante o estabelecimento de normas específicas.

Parágrafo único. A política institucional de internacionalização e intercâmbio de acadêmicos, professores e funcionários técnico-administrativos da UNIFEBE dar-se-á, prioritariamente, por meio das seguintes modalidades:

I – intercâmbio acadêmico de longa duração: que abrange atividades acadêmicas de, no mínimo, um semestre letivo na instituição de destino em cursos de graduação superior;

II – intercâmbio acadêmico de média duração: que abrange atividades escolares em forma de intensivo, preferencialmente durante o recesso escolar para aprendizagem e aperfeiçoamento de idioma estrangeiro;

III – intercâmbio acadêmico de curta duração: que abrange viagens de estudo e visitas técnicas em períodos letivos regulares ou nos períodos de recesso escolar da UNIFEBE;

IV – outras formas de atividades no exterior, como apresentação de trabalhos, projetos de pesquisa ou de extensão, participação em eventos, estágios, dentre outros de relevante interesse institucional, técnico, científico, educacional, cultural ou tecnológico.

CAPÍTULO II DAS OBRIGAÇÕES DO ACADÊMICO

Art. 4º Para poder ter acesso à participação em intercâmbios com instituições de educação superior nacionais ou estrangeiras ou a escolas especializadas em estudo de idiomas, a centros de estudos e pesquisas de nível técnico, médio ou superior nas diversas áreas do saber e a instituições congêneres ou assemelhadas, o acadêmico deve atender as seguintes condições preliminares:

I – estar regularmente matriculado na UNIFEBE, bem como rigorosamente em dia com toda a sua documentação legal e acadêmica;

II – estar em dia com suas obrigações financeiras na UNIFEBE;

III – ter sido, preferencialmente, aprovado em todas as disciplinas cursadas;

IV – não ter recebido nenhuma penalidade disciplinar;

V – atender, quando necessário, a proficiência exigida em língua estrangeira;

VI – arcar com as despesas de locomoção, hospedagem, alimentação, documentação e demais encargos e exigências institucionais e legais para viagens em território nacional ou ao exterior, salvo condições diferenciadas em edital ou convênio, contrato ou acordo específico;

VII – atender as demais exigências requeridas por lei, edital de seleção ou convênio específico;

VIII – apresentar um relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas.

CAPÍTULO III

DAS OBRIGAÇÕES DA UNIFEBE

Art. 5º As obrigações da UNIFEBE para o desenvolvimento da política institucional de intercâmbio de acadêmicos é vinculada e limitada aos termos de convênio assinados com as instituições de educação superior parceiras e as demais obrigações ajustadas por meio de edital ou termos de acordo específicos.

Parágrafo único. Cada convênio firmado para fins de intercâmbio de acadêmicos poderá dispor de modo diferenciado as obrigações de ambas as partes, não ficando as obrigações da UNIFEBE e dos acadêmicos limitadas apenas ao previsto neste Regulamento.

CAPÍTULO IV

DA SELEÇÃO DE ACADÊMICOS

Art. 6º A seleção de acadêmicos interessados em participar de intercâmbios com instituições de educação superior nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas ou com escolas especializadas em estudo de idiomas, centros de estudos e pesquisas de nível técnico, médio

ou superior nas diversas áreas do saber obedecerá a critérios específicos estabelecidos em convênio e/ou em edital, atendidas as diretrizes deste Regulamento.

Art. 7º A seleção de acadêmicos a que se refere o artigo 6º será coordenada por meio de edital específico a ser publicado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, que estabelecerá os critérios de seleção bem como outras exigências de ordem legal e institucional.

Art. 8º A seleção de acadêmicos priorizará cursos da UNIFEBE já reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação.

CAPÍTULO V DA SITUAÇÃO ACADÊMICA DOS ALUNOS

Art. 9º A convalidação de disciplinas na UNIFEBE em cursos frequentados por meio de intercâmbio de acadêmicos em instituições nacionais ou estrangeiras, bem como o aproveitamento curricular de atividades, estudos, projetos e pesquisas obedecerão ao disposto no Regimento Geral da UNIFEBE, observadas ainda, quando existirem, as normas institucionais específicas.

§ 1º O aluno deverá preencher formulário específico disponibilizado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, onde encaminhará o seu plano de estudos no exterior para análise institucional.

§ 2º Se aprovado, o aluno deverá assinar Termo de Compromisso com a UNIFEBE, onde serão estabelecidas as obrigações de ambas as partes, devendo ao aluno obrigatoriamente apresentar a carta de aceite da Instituição de destino.

§ 3º O aluno deverá formalizar matrícula na modalidade Atividade de Intercâmbio mantendo assim seu vínculo com a IES e terá as demais atividades acadêmicas suspensas.

§ 4º Após retornar de suas atividades no exterior, a reintegração do aluno será feita a partir da fase em que foram suspensas as atividades acadêmicas.

§ 5º Para se candidatar a atividade de intercâmbio, o aluno deverá ter cursado pelo menos dois semestres letivos na UNIFEBE.

§ 6º O período de afastamento das atividades do curso de graduação da UNIFEBE não poderá ser superior a dois semestres letivos, sob pena de perda do vínculo acadêmico e contratual.

§ 7º O aluno deverá convalidar pelo menos uma disciplina realizada no período de intercâmbio, sob pena de multa, que será estabelecida no Termo de Compromisso.

CAPÍTULO VI DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Art. 10. Os professores e funcionários técnico-administrativos interessados em participar de alguma modalidade do programa de internacionalização e intercâmbio da UNIFEBE devem formalizar proposta à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, que tomará as providências cabíveis quanto aos encaminhamentos necessários.

Art. 11. Caso a proposta supracitada seja aprovada pela Reitoria, poderá haver apoio institucional da UNIFEBE, observadas as condições econômico-financeiras e orçamentárias e o interesse institucional.

Art. 12. O programa de internacionalização e intercâmbio com professores e funcionários técnico-administrativos da UNIFEBE será disciplinado por meio de termo de acordo específico que detalhará as obrigações de ambas as partes.

Art. 13. Os professores e funcionários técnico-administrativos, após seu retorno, devem apresentar relatório sobre o programa desenvolvido e, se possível, relatar sua experiência por meio de evento específico a ser agendado.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. As dúvidas e os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, atendidas as disposições da legislação vigente, de convênios e/ou editais específicos.

Brusque, 25 de julho de 2012.

Günther Lothar Pertschy
Presidente